



TERCEIRA IDADE

Visão de longo prazo

Pesquisadores podem se beneficiar de uma aposentadoria bem planejada

A física Maria José Pompeu Brasil tinha uma carreira bem-sucedida como pesquisadora do Instituto de Física Gleb Wataghin da Universidade Estadual de Campinas (IFGW-UNICAMP) quando resolveu se aposentar, em 2016. Então com 55 anos de idade, ela estava muito interessada em atividades relacionadas à divulgação científica. Assim que deixou o laboratório, dedicou-se com afinco ao projeto de instalar um museu de ciência em Campinas. Queria algo nos mesmos moldes de instituições norte-americanas e europeias. Após um ano e meio de tentativas, reuniões e negociações, o projeto não avançou. Resolveu, então, investir em outra ideia. Alugou uma área próxima à UNICAMP e criou o Cyborg Makerspace, espaço de divulgação e produção científica e tecnológica aberto ao público. “Apesar de gostar do meu trabalho como pesquisadora, queria fazer coisas novas e diferentes”, relembra. “Ao mesmo

tempo, não poderia deixar para fazer isso quando estivesse com mais idade.”

Maria Brasil considera fundamental que os pesquisadores planejem suas aposentadorias com antecedência e invistam em projetos pessoais, relacionados ou não ao trabalho desenvolvido anteriormente na universidade. A aposentadoria tende a ser um assunto delicado para muitos pesquisadores. “Em geral, percebemos o trabalho intelectual como uma maneira de manter o bem-estar por meio do engajamento em atividades valorizadas e que podem ser mantidas até idades avançadas”, explica a psicóloga Elizabeth Barham, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). “Isso está ligado à satisfação em colaborar com novos profissionais e contribuir com a sua formação.”

O planejamento adequado da aposentadoria pode auxiliar os pesquisadores a usufruir de alguns benefícios, como escolher com mais



liberdade as atividades as quais se dedicará, deixar de lado a rotina de reuniões e correção de provas, concentrar-se apenas em seus projetos pessoais ou reservar seus dias a palestras, conferências ou na interação com jovens universitários. Esse planejamento também pode contribuir para a organização do legado acadêmico: preparar os dados, softwares, protocolos de laboratório e materiais de cursos para que outros possam usá-los em novas pesquisas. Segundo Elizabeth, que trabalha com o tema há mais de 10 anos, o ideal é que o processo da aposentadoria se desenvolva gradualmente e que o pesquisador, aos poucos, transfira seus projetos para outros integrantes da equipe.

O Brasil tem 11.363 professores universitários aposentados, segundo o Censo da Educação Superior de 2017. Não existem dados sobre a idade média com que param de trabalhar, mas uma coisa é certa: aposentar-se não é apenas uma decisão profissional e financeira, mas também existencial. “A rotina de trabalho científico tende a moldar a identidade do pesquisador, que valoriza e vê significado no que realiza, de modo que é importante na transição para a aposentadoria separar um tempo para rever seus planos de vida e perceber as mudanças que pretende fazer, como se manter ativo em outras atividades”, diz Elizabeth.

É o que fez o arquiteto Carlos Zibel Costa, professor compulsoriamente aposentado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP. Ele deixou a docência em 2014, aos 70 anos de idade. “Lembro-me de que estava bastante envolvido com minhas pesquisas à época”, conta. “Além das aulas, escrevia e trabalhava em vários projetos.” Com a aposentadoria, decidiu seguir organizando exposições e escrevendo textos sobre assuntos relacionados às suas antigas pesquisas sobre arte e cultura. Isso lhe permitiu manter contato com antigos alunos e colaboradores. “Também sou convidado para dar



A rotina de trabalho científico tende a moldar a identidade do pesquisador, que valoriza e vê significado no que realiza

palestras e apresentar algumas das ideias que desenvolvi ao longo da carreira.”

Zibel também considera importante que os pesquisadores continuem ativos após a aposentadoria. “Não há necessidade de romper completamente os laços com as atividades acadêmicas”, afirma. “É possível seguir ligado à estrutura de pesquisa que se ajudou a criar.” Muitos continuam morando perto da universidade para poder usar a biblioteca ou visitar os amigos. “Vários colegas acadêmicos desenvolveram depressão e transtorno de ansiedade após a aposentadoria porque não encontraram alguma atividade que

justificasse sua existência ou lhes desse alguma satisfação”, relata.

Foi o que aconteceu com o engenheiro eletricista João Zuffo, professor compulsoriamente aposentado da Escola Politécnica da USP em 2009, aos 70 anos de idade. “No início, foi um choque”, ele conta, referindo-se à quebra da rotina de trabalho que tinha até então. “Você se sente frustrado e melancólico por um tempo, já que está acostumado com uma rotina de trabalho e atividades na universidade.” Aos poucos, contudo, percebeu que poderia aproveitar o tempo livre para se dedicar aos temas que realmente gostaria de pesquisar. “Comecei a trabalhar em um livro, ainda sem previsão de lançamento, sobre os efeitos da tecnologia nas sociedades desde a Segunda Guerra Mundial e as perspectivas para os próximos 30 anos”, informa.

Zuffo tinha um cargo de chefia quando deixou a instituição. “Lembro-me de que fui concluindo as orientações e deixando as coisas se apagarem aos poucos.” Ele diz que ainda mantém contato com antigos colegas e grupos de pesquisa e que hoje desenvolve um papel de conselheiro em assuntos ligados à eletrônica. “Os cientistas precisam aceitar a aposentadoria com naturalidade e dar lugar para os mais jovens”, aconselha.

Para ajudar os pesquisadores nesse processo, o cientista de dados



norte-americano Philip Bourne, da Universidade da Virgínia, nos Estados Unidos, publicou um artigo na revista *PLOS Computational Biology* com recomendações sobre o assunto. Uma delas é considerar as implicações econômicas da deliberação de se aposentar. Ele recomenda que os cientistas façam uma avaliação de suas reservas e estimem a renda necessária para assegurar uma aposentadoria tranquila. Isso lhes permitirá avaliar se precisam aumentar suas

economias, reduzir gastos, adiar a aposentadoria para obter uma pensão maior ou buscar um emprego de meio período. “É essa segurança financeira que lhes permitirá manter-se disponível para outras atividades, relacionadas ou não à sua área.”

A recomendação vale para os 209.442 professores que atuam em instituições privadas de ensino superior do Brasil. O ideal é que comecem a planejar a aposentadoria com pelo menos

cinco anos de antecedência, não apenas para que consigam organizar sua situação financeira, mas também para garantir que a transição não comprometa o andamento das pesquisas em desenvolvimento ou a carreira de outros pesquisadores. No caso dos professores que atuam em instituições públicas de ensino superior, a situação é diferente.

Até dezembro de 1998, as regras para a obtenção do direito à aposentadoria no setor público levavam em conta apenas o tempo de serviço. Assim como os professores da educação básica, os de ensino superior adquiriam o direito ao benefício integral após 30 anos de exercício de magistério, no caso dos homens, e 25 anos no das mulheres, independentemente da idade. Com a Emenda Constitucional nº 20, acrescentaram-se cinco anos nesse período de tempo e a obrigação de deixar os cargos aos 70 anos de idade. Com a Emenda Constitucional nº 88, de maio de 2015, esse limite subiu para 75 anos.

Decidir deixar a carreira científica foi algo simples para a engenheira-agrônoma Maria Auxiliadora de Carvalho. Em 2012, aos 61 anos, 34 dedicados ao Instituto de Economia Agrícola (IEA) de São Paulo, ela resolveu que era hora de se aposentar, antes mesmo de completar a idade-limite de 70 anos. “Percebi que já havia conquistado o que pretendia e que gostaria de passar mais tempo com a minha família”, diz. Maria Auxiliadora seguiu dando aulas no Departamento de Economia da Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), em São Paulo, até 2017, quando foi demitida. “Aproveitei para parar de vez.”

Como ela, Maria Brasil também se diz muito satisfeita com as escolhas que fez. Em parceria com Claudécir Biazoli, professor de física do ensino médio, dedica-se hoje integralmente às atividades do Cyborg Makerspace, realizando oficinas e cursos sobre assuntos de ciência e tecnologia para públicos de todas as idades. ■ Rodrigo de Oliveira Andrade

Literatura terapêutica

Filósofa une psicanálise e literatura e cria projeto de leitura para jovens de escolas públicas

Catalina Pagés tinha apenas 23 anos de idade quando deixou a Catalunha, na Espanha, para estudar inglês em Londres, na Inglaterra. Para manter-se, trabalhava em um salão de beleza. Anos mais tarde, a convite de uma tia que vivia no Brasil, resolveu se aventurar mais uma vez. Em meados de 1966, desembarcou no Rio de Janeiro. Encantou-se pela cidade e resolveu ficar. Seu primeiro emprego, como cabeleireira, foi no hotel Copacabana Palace, um dos mais tradicionais do país.

Catalina conta que antes de ingressar na universidade já se interessava por psicanálise e gostava de ler clássicos da literatura mundial. À época em que trabalhava no hotel, conheceu a psicanalista carioca Inês Besouchet, de quem ficou amiga. “Sempre cortava seu cabelo e foi ela quem me exortou a fazer filosofia”, recorda. Sem abandonar o trabalho, em 1975, aos 37 anos de idade, ingressou na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

Foi Inês quem a apresentou ao jornalista norte-americano Norman Gall, que em 1987 viria a criar o Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, em São Paulo. Algum tempo depois os dois decidiram se casar. Na capital paulista, onde passaram a viver, Catalina resolveu investir no antigo sonho. “Comecei a estudar por conta própria teóricos como Sigmund Freud [1856-1939] e Jean Piaget [1896-1980], depois passei a fazer cursos de psicoterapia de grupo e familiar”, relembra.

Concluída a formação em psicanálise, no Instituto Sedes Sapientiae, começou a atender em seu consultório. Desenvolveu um método terapêutico próprio, ao incluir filosofia e literatura. Por influência de Gall, que à época pesquisava a temática da violência em Diadema, na Região Metropolitana de São Paulo, levou essa dinâmica às salas de aula do ensino médio daquela região. Estava convencida de que nenhuma transformação social seria possível sem educação. “A maior violência é a ignorância”, considera.

O projeto cresceu e se transformou no Círculos de Leitura, iniciativa que há 18 anos é realizada pelo Instituto Fernand Braudel com jovens de escolas públicas de São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Rio e Pernambuco. Os círculos são formados por grupos de até 15 pessoas, que se reúnem toda semana para ler, em voz alta, trechos de livros. “Para Platão, o saber existe potencialmente dentro de nós”, diz. “Mas é preciso ouvir uma história para poder se reconhecer nela e, nos grupos, isso acontece à medida que nos deixamos levar pela livre associação de ideias e opiniões”, explica.

Aos 80 anos de idade, Catalina leva para as rodas de leitura não apenas o conhecimento adquirido como terapeuta, mas também a bagagem dos tempos em que lia para pacientes de um manicômio judiciário. ■ R.O.A.



Catalina Pagés na sede do Círculos de Leitura, em Higienópolis, São Paulo